

## O ARQUÉTIPO VIRIL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: Alguns desafios para o serviço social

Andréa Pacheco de Mesquita\*  
Maria Olivia da Silva Monteiro\*\*

### Resumo

O presente texto traz alguns elementos para a discussão da simbiose capitalismo-patriarcado e como são estruturadas as relações de gênero na sociedade capitalista debatendo as consequências para a/o Assistente Social. Dentro desta questão, faz-se necessário aprofundar as questões teóricas, bem como entender o serviço social enquanto uma profissão situada dentro da divisão sexual e social do trabalho. A/o profissional não só trabalha com as questões de gênero expressas nas desigualdades entre homens e mulheres usuárias dos serviços, mas também com as próprias contradições do seu cotidiano de ser mulher, assistente social, trabalhadora e socialmente situada numa relação de subalternidade.

**Palavras-chave:** Gênero, Patriarcado, Serviço Social, Projeto Ético-Político.

### Abstract

This work brings some elements to the discussion of the capitalism-patriarchy symbiosis and how gender relations are structured in capitalist society, debating the consequences for the Social Worker. Within this question, it is necessary to deepen the theoretical issues and understand social work as a profession placed within the social and sexual division of labor. Social workers not only work with gender issues expressed in the inequalities between men and women users of services, but also the contradictions of their everyday life as women, social workers, working and socially situated in a subordinate relationship.

**Keyword:** Gender, Patriarchy, Social Work, Ethical-Political Project.

---

\* Assistente Social, Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e Doutora em Estudos Interdisciplinares em Gênero, Mulher e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL e Líder do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo – Estudos de Gênero, Femininos e Serviço Social. E-mail: dandreapacheco@yahoo.com.br.

\*\* Assistente Social pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Acadêmica de Direito pela Faculdade Raimundo Marinho. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo – Estudos de Gênero, Femininos e Serviço Social. E-mail: olivia-m@bol.com.br.

## 1. Introduzindo o debate

O presente artigo visa realizar uma discussão acerca da importância das questões de gênero no interior da profissão, uma vez que, o Projeto Ético-Político do Serviço Social coloca como horizonte a emancipação humana. É impossível pensar a emancipação humana deixando de fora mais da metade da humanidade – as mulheres que historicamente foram negligenciadas de seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais. A lógica androcêntrica da sociedade teve e ainda tem como modelo “um homem universal”, branco, rico, jovem e heterossexual, colocando de fora do acesso à cidadania todos aqueles que não se encaixem neste modelo, entre eles as mulheres.

É a partir de uma cidadania limitada e que reduz as mulheres à sua condição de mãe e esposa que a história tem deixado de fora as mulheres. É neste processo que as mulheres carregam as marcas de uma “herança da natureza”, a qual lhes impõe “deveres biológicos”, no âmbito da reprodução, para que cumpram o ciclo esperado para o sexo feminino. É sob estas características “tidas como naturais” que se produz e reproduz o “ser homem” e o “ser mulher” como construções históricas que têm, de um lado, uma materialidade (produção econômica) – a divisão sexual do trabalho e, de outro, uma base cultural (produção ideológica) – relações sociais que se constroem a partir do sexo, definindo o que são “coisas de meninos” e o que são “coisas de meninas”. É por meio desta construção social que são produzidas e reproduzidas as subjetividades femininas, como “um ser que nasceu para os outros”, que carrega em si a fragilidade, a intuição, a abnegação, a docilidade, a sensibilidade, o cuidado e, por isso, tem uma “vocação” para as profissões ditas femininas, porque exigem tais características. E o serviço social surge exigindo este perfil de “uma mãe social” – a cuidadora do povo, preocupada com os pobres, doentes, idosos, crianças.

Em seu processo histórico de consolidação no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, o Serviço Social teve como base os princípios da doutrina social da Igreja, que imprimiram na profissão um ‘espírito de apostolado’, configurando-a como uma profissão a ser exercida por mulheres, como uma ‘vocação’, com papéis específicos definidos pela sociedade para mulheres: o cuidado, a tutela, a ajuda, que por sua vez requerem abnegação, entrega de si, ser para os outros, enfim ‘naturalizando’ a

responsabilidade da profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres. (LISBOA, 2010, p.67)

Apesar de essa ser a imagem do serviço social desde o seu surgimento: uma profissão feminina, a imagem do serviço social esteve sempre associada à sua ligação com as doutrinas religiosas (moralidade da questão social) e com a classe burguesa, sendo deixada de lado a sua constituição como uma profissão de e para mulheres. Resgatar o significado do serviço social enquanto uma profissão de e para mulheres é fundamental para que possamos entender as subalternidades da profissão e romper a cegueira de gênero ainda tão presente no cotidiano das assistentes sociais tanto em suas vidas subjetivas, quanto em suas dinâmicas profissionais inscritas na divisão social, técnica e sexual do trabalho.

Neste sentido, pretendemos levantar algumas discussões necessárias para que possamos romper esta cegueira de gênero e caminhar na direção do projeto ético-político que define em seus princípios a igualdade, a liberdade e a equidade, o que requer a necessidade de uma aproximação com os movimentos feministas, com o objetivo de construir alianças estratégicas na superação das desigualdades de gênero. Ao longo da história, estes princípios foram válidos para os homens, contudo, as mulheres sempre estiveram de fora, o que levou a um amplo movimento de lutas feministas e de mulheres buscando garantir os direitos humanos das mulheres, ou seja, a igualdade entre os sexos.

O patriarcado aprisiona as mulheres em seus “corpos femininos”, privando-as de um leque de direitos econômicos, sociais, políticos e culturais. No entanto, é importante lembrar que mesmo na esteira de uma sociedade que tem como princípios as desigualdades de gênero, classe e raça/etnia as mulheres derrubaram vários muros, ocupando os espaços públicos (ditos masculinos) e questionando este modelo de sociabilidade capitalista, patriarcal e racista. E neste sentido, queremos demonstrar o quanto o nosso Projeto Ético Político pode ser o caminho para perceber a relação entre o serviço social e o “ser feminino”, desnaturalizando as formas de dominação, exploração e opressão a que as mulheres historicamente estiveram

submetidas, rompendo com as subalternidades das mulheres em suas relações sociais e profissionais.

## 2. A Proposta liberal, a separação público e privado e a constituição de um modelo de cidadania sexualizado

Para entender as relações e hierarquias de gênero se faz necessário analisar a oposição entre o mundo azul e o mundo rosa, os quais são construções sociais e que resultam em um mundo generificado, definindo as relações de poder entre os sexos. É compreender que:

Ao longo da história da sociedade brasileira os mecanismos sociais e ideológicos produziram ideias e valores para reproduzir e justificar as desigualdades sociais e políticas. Os aparelhos ideológicos do Estado (Igreja, Família, Escola, Meios de Comunicação, Leis, etc.) são a base dessa reprodução. São eles que possibilitam a aceitação de que homens e mulheres são essencialmente desiguais reforçando e sendo reforçado pela ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004) a qual transforma as diferenças biológicas em desigualdades sociais e que define os papéis sociais/sexuais na nossa sociedade produzindo relações hierárquicas e assimétricas: o homem é identificado como o ‘senhor do mundo do trabalho’, o ‘senhor’ do espaço público, da vida política, nascido para ocupar cargos de mando, para assumir lugares de destaque; enquanto que as mulheres são o ‘sexo frágil’, as figuras ‘doces’, ‘delicadas’, ‘sensível’ ‘que precisa ser protegida’, destinada à vida familiar, à maternidade, ao cuidado dos filhos (as) e atuar no máximo em profissões que sejam a extensão do trabalho doméstico, do cuidar. (MESQUITA, 2012, p. 426)

Este modelo societário constrói para o homem um mundo de poder e prestígio que tem suas origens desde a constituição do contrato social, que ao mesmo tempo também institui um contrato sexual. A tradição liberal iniciada pelos “contratualistas” (Locke e Rousseau) coloca o surgimento do Estado e da sociedade civil a partir do contrato social, que se apresenta como um pacto entre os indivíduos para viver livres em sociedade sob a “tutela” do Estado. A liberdade conferida aos homens pelo contrato social não atinge as mulheres, ao contrário, reforça a sua história de sujeição e dominação. Como diz Pateman:

O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. (1993, p.16 e 17)

As mulheres são excluídas do contrato social pelo fato de que “o contrato é encarado como o paradigma do livre acordo” (idem, p.21) e como elas não são livres, não podem fazer parte do pacto. Sendo assim, “somente os seres masculinos são dotados das capacidades e dos atributos necessários para participar dos contratos [...] quer dizer, somente os homens são ‘indivíduos’”. (Idem, p.21).

A separação do “espaço público” tem como base as teorias dos contratualistas que delineiam toda a gênese do direito político. Como bem analisa Pateman, a constituição do espaço público se deu sob as bases da constituição de um espaço privado. Contudo, a história foi contada pela metade, porque “[...] ouvimos muito sobre o contrato social, mas se mantém um silêncio profundo sob o contrato sexual”. Para Pateman, o contrato original “é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada” (Ibidem, p.15). Não se fala nada sobre o direito patriarcal de acesso ao corpo das mulheres, de como o domínio sexual é a principal forma que os homens têm de afirmar sua masculinidade.

Os direitos políticos definidos no contrato social são direitos patriarcais, referendando a superioridade masculina e a inferioridade feminina. Ao instituir o contrato social os homens abrem mão de sua “liberdade total” por uma liberdade civil e equitativa, regulada pelo Estado. Outro aspecto relevante que Pateman apresenta é a existência de dois contratos: um contrato social que regula as relações entre os homens livres e proprietários (aptos a fazerem contratos) e um contrato sexual ou matrimonial para organizar a vida doméstica pautada na desigualdade entre as partes e que tem como característica central a constituição do que Saffioti (1987) chama de “poder do macho”.

Assim, o contrato social é também um contrato sexual, o qual estabelece a liberdade para os homens viverem em sociedade de forma harmoniosa visando o “bem comum”, como também estabelece a sujeição das mulheres que por não serem proprietárias não participam do contrato social, e elas por serem propriedades de seus pais e maridos participam de outro contrato imposto a elas: o contrato sexual. A separação do público (espaços de poder os quais

pertencem ao sexo masculino) e do privado (espaços domésticos do cuidar nos quais as mulheres são confinadas) referenda um modelo de cidadania: a cidadania liberal que se pauta em uma cidadania sexualizada. Deste modo, através do contrato social, os homens tornam-se cidadãos e as mulheres através do contrato sexual são transformadas em mães, esposas e donas de casa. Com o contrato sexual “[...] o marido e a esposa se tornam ‘uma única pessoa’, a pessoa do marido” (PATEMAN, 1993, 180). Este contrato é o que referenda a dominação masculina e a sujeição feminina na arena pública e institui sobre as mulheres o direito patriarcal.

Apesar dos grandes avanços que a democracia liberal promoveu em nossa sociedade, ainda vivemos embebidos das concepções patriarcais que se reatualizam e se transvestem de modernas via aparelhos ideológicos do Estado<sup>1</sup> (escola, família, igreja, partido político, meios de comunicação, leis etc.) repetindo as velhas canções sob novas melodias, dissimulando a dominação e a opressão da mulher e falando em nome de uma suposta democracia.

O problema da proposta liberal é que ela apresenta sua proposta de cidadania a partir de uma dimensão sexualizada. Para Pateman (2013), “o liberalismo é estruturado por relações patriarcais, bem como de classe” (p.57) da construção de um sujeito universal pretensamente neutro, o que “obscurece a submissão das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista” (p.57) através da dicotomia público *versus* privado. Essa separação que opõe de forma desigual homens e mulheres é mascarada, em nome da máxima da teoria liberal de que todos os indivíduos são iguais e devem ser tratados da mesma maneira.

É nesta mesma direção que as profissões se definem também pelo gênero, ao passo que, relacionam as demandas profissionais aos ensinamentos que as mulheres e os homens aprendem ao longo da vida. Reproduzindo uma divisão sexual do trabalho com hierarquias que separam as profissões masculinas

(valorizadas socialmente e financeiramente) das femininas (desvalorizadas socialmente e financeiramente e vistas como mera reprodução dos trabalhos domésticos e familiares). É o que veremos no item que se segue ao analisarmos a história e imagem do serviço social.

### **3. Surgimento e consolidação do Serviço Social como uma profissão feminina: para além do que parece ser**

Como vimos, a separação entre o público e o privado foi se materializando a partir das diretrizes definidas pela perspectiva liberal, e que teve contornos bem definidos nas estruturas sociais. Ao longo da história, a mulher foi confinada nos espaços privados, domésticos em que cabia a ela exclusivamente o papel de mãe, esposa e dona de casa e ao homem o papel de provedor, “chefe de família” – que o faz detentor quase que exclusivo dos espaços públicos (de trabalho e poder). De forma bastante incipiente, as mulheres são chamadas a realizar alguns trabalhos que significam a extensão dos serviços executados no âmbito doméstico. Neste sentido, o cuidado que deixa de ser exclusivo com os familiares e passa a ser efetuado com os doentes, os necessitados, os carentes, os pobres. É sob o reforço de características instituídas como femininas (docilidade, sensibilidade, abnegação, maternidade) que se estrutura o serviço social como uma “profissão feminina” para realizar o “cuidado” com as pessoas necessitadas de nossa sociedade.

A nossa profissão emerge pela necessidade do Estado de implementar políticas sociais para atender de forma imediata e superficial os interesses das classes subalternas como forma de amenizar os conflitos de classe e, conseqüentemente, atender a necessidade do capital em controlar a pauperização crescente da força de trabalho. Assim, o serviço social tem sua origem como um ser tricéfalo, ou seja, tem três cabeças, as quais sustentam a sua criação: a igreja, o Estado e a burguesia.

Nesse momento, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da igreja católica que, no contexto do desenvolvimento urbano,

<sup>1</sup> Sobre esta categoria ver Althusser, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: GRAAL, 2001.

vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Procura-se, com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade.

[...] há uma motivação de ordem política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão de valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada “questão social”, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil. (TORRES, 2002, p.40)

É dentro desta perspectiva que o Serviço Social irá se consolidar como uma profissão que tem uma “imagem do feminino”, carregada de fortes traços confessionais e configurando-se no âmbito da “vocação” e missão de “servir ao próximo” numa adequação às funções historicamente atribuídas à mulher.

O Assistente Social deveria assim, ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitada pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotada de tantas outras qualidades inatas [...]: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer, etc. (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982, p.221)

Estas características apontam a docilidade, meiguice, compaixão, servidão, convencimento e acolhimento como forma de envolver a classe trabalhadora para controlar os conflitos sociais. Uma profissão diretamente ligada à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, aos pobres de uma maneira geral. A igreja católica trata a questão social como um problema moral, de desunião entre as classes sociais antagônicas (burguesia e proletariado). Sendo assim, os profissionais relacionam os desajustes sociais como problemas familiares, falta de amor ao próximo e a Deus como é colocado nas Encíclicas Papais Rerum Novarum<sup>2</sup> e Quadragéssimo Anno<sup>3</sup>. Desta forma, o capital se apropria da construção social da mulher para atenuar os conflitos sociais:

As intervenções junto à classe trabalhadora eram realizadas pelas mulheres, que, de acordo com as idealizações correntes, tinham a ‘vocação natural’ para as tarefas educativas e caridosas [...]. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. (KHIEL apud VELOSO, 2001, p.81)

Essa “feminização” do Serviço Social articula-se diretamente com o seu conservadorismo: reforçando e sendo reforçado por ele no intuito de atender aos interesses da classe dominante.

Este fato possui um valor fundamental, pois demonstra que se conjugou o gênero à institucionalização do Serviço Social. As mulheres preencheram o Serviço Social e trouxeram consigo valores, formas de se relacionar com o mundo, atributos e qualidades os quais eram demandados pelos grupos dominantes que necessitavam dos serviços desta profissão que ora se iniciava. Este conjunto de fatores conferiu à profissão de serviço social uma imagem bem próxima à imagem que se tinha da ‘Mulher’ (Idem, p.73-74).

Neste sentido, a “questão de gênero” – desigualdade entre homens e mulheres apropriada pelo capitalismo, além de ser uma das expressões da questão social é também utilizada por ele para enfrentar a questão social através da preservação da ordem moral e social. Como destaca Veloso,

As mulheres [...] eram vistas como responsáveis pela preservação da ordem moral social, e, com isso qualidades consideradas naturalmente femininas foram utilizadas para o quase monopólio das questões referentes à ação social por parte das mulheres [...] o Serviço Social tinha por objetivo o controle da classe trabalhadora, que se daria por intermédio da família e mais especificamente através da mulher. Buscava-se intervir sobre a família da classe trabalhadora utilizando-se a mulher como instrumento privilegiado de reprodução do controle social, já que esta possuía os valores que se procurava vincular junto às famílias (Idem, p.81-82)

A relação serviço social e o sexo feminino está diretamente relacionada aos interesses do capital em fundar uma profissão que atenuasse os conflitos sociais, intervindo diretamente na família como forma de disseminar a ideologia capitalista, ou seja, colocar na classe trabalhadora, como diz Martinelli, “o modo burguês de pensar”. Assim, esta profissional entraria no mercado de trabalho desempenhando suas funções tradicionais de mãe e dona de casa, reforçando um papel historicamente atribuído à mulher como responsável pelo espaço privado, doméstico.

[...] a legitimidade e aceitabilidade das mulheres na profissão de assistente social, no que se refere ao gênero, se dá pelo fato de esta profissão demandar qualidades e atributos considerados femininos, ou seja, a mulher desempenhava, na esfera profissional, atividades semelhantes às que desempenhava na esfera doméstica. Era,

<sup>2</sup> Encíclica divulgada por Leão XIII em 15 de maio de 1891.

<sup>3</sup> Encíclica divulgada por Pio XI em 15 de maio de 1931.

portanto, uma saída das mulheres para a profissionalização com a atenuação dos preconceitos e da opressão. (Idem, p.85).

O traço feminino da profissão traz uma clara manifestação das desigualdades de gênero, ao passo que reforça a lógica de que cabe às mulheres desempenhar atividades ligadas à ajuda (assistencialismo) e, na educação da sociedade se revela a idealização de uma “vocação natural” da mulher para essas tarefas como forma de manutenção da ordem moral e social.

Esse caráter doutrinário e ideológico da profissão não só reforça a desigualdade de gênero, mas demonstra a adesão clara ao projeto societário capitalista, assumindo a função de “socializar o modo capitalista de pensar” junto à classe trabalhadora (MARTINELLI, 2001, p.104).

Operando sempre com a identidade atribuída pelo capitalismo e ostentando a face dos detentores do poder a que estava vinculado – Estado, Igreja, classe dominante -, o Serviço Social caminhava em seu processo de institucionalização, atravessado continuamente pelo signo da alienação, que, como que encobrendo a consciência social dos agentes profissionais com um véu nebuloso e místico, os levava a se envolver com práticas conservadoras, burguesas, que visavam apenas a reprodução das relações sociais de exploração, fundamentais para a sustentação do processo de acumulação capitalista. (IAMAMOTO & CARVALHO, op cit, p.135).

Como analisam Iamamoto & Carvalho (1982), essa perspectiva de reprodução do controle social e legitimação da estrutura social é a marca da ação profissional das pioneiras do serviço social, cuja prática social para enfrentar a questão social é pautada na doutrina social da igreja, e marcada por uma apreensão moral dos fenômenos sociais. O que contribui, através do discurso da neutralidade, da caridade e da espiritualidade, para a lógica da utilidade social de servir ao próximo e de fazer o bem, obscurecendo a adesão ao projeto da classe dominante.

Percebemos que essa “mística romântica de vocação de servir” (IAMAMOTO & CARVALHO, op cit., p.230) é a base de constituição da questão de gênero, que atende – no processo de institucionalização do serviço social – aos interesses do grande capital em atenuar os conflitos sociais e preservar os papéis sociais historicamente atribuídos ao sexo feminino e masculino.

Neste sentido, o serviço social foi se constituindo como um espaço profissional feminino, uma vez que ele produz e é produzido pelas desigualdades de gênero, reforçando o seu “papel social” a partir de uma prática profissional que é extensão de suas funções domésticas. O que se demandava como “vocação” – fragilidade, abnegação, intuição, docilidade, sensibilidade e cuidado como imagem do feminino, nada mais é do que a reprodução de uma subjetividade feminina pautada na lógica de um ser que nasceu para servir aos outros. Esta “vocação” das mulheres está relacionada não às demandas inatas, biológicas e naturais, mas sim aos ensinamentos que as mulheres aprenderam ao longo da vida, a uma construção identitária do ser mulher, condicionada historicamente e socialmente. Como diz Saffioti, “a representação é a subjetivação da objetividade que, na condição de mola propulsora da ação, volta para o mundo da objetividade” (2000, p.74). Ou seja, a materialidade da vida não se separa do seu significado, assim, as “escolhas” profissionais que são realizadas por indivíduos historicamente determinados estão ligadas às construções sociais feitas a partir das relações de gênero.

É neste sentido que se torna fundamental entender a separação do público versus privado e, analisar o patriarcado como uma categoria fundamental para compreender as relações sociais advindas da sociedade capitalista. Porque é em meio às contradições de um capitalismo que se moderniza e um conservadorismo que se atualiza, que são reproduzidas as velhas formas de dominação de classe, de gênero e de raça/etnia, o que caminha na contramão do nosso Projeto Ético Político.

A nossa tarefa se constitui em dois momentos entrelaçados: resgatar a dívida teórica que o serviço social tem com as discussões sobre mulher, gênero e patriarcado e buscar elucidar as direções para o trabalho com recorte de gênero, que à luz do Projeto Ético Político, possam contribuir de forma efetiva para transformar as relações de dominação e opressão que estão presentes no cotidiano profissional e pessoal.

#### 4. O Patriarcado e a Construção do Arquétipo “Viril”: desnaturalizando o “poder do macho”.

[...] centenas de tratados feitos por sábios reitores do conhecimento: moralistas, teólogos, filósofos, cientistas, políticos, escritores, poetas, varões respeitados em todo o tempo e lugar, têm desenvolvido um pensamento excludente e práticas socializadoras repressivas da liberdade das mulheres, para poder sujeitá-las aos seus princípios divinos, biológicos irremovíveis. (RODRIGUEZ, 2008, p.12)

O longo processo histórico de constituição da sociedade burguesa está atrelado a outros marcadores sociais além da classe que a determina visceralmente, como por exemplo, o gênero, o sexo, a raça/etnia, a geração entre outros. É neste processo que é construído um sujeito universal portador de direitos e privilégios frente aos outros sujeitos sociais. Justificando as desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas em nome do biológico, do “natural”, das ditas essências pertencentes aos diversos grupos sociais que não se enquadram no modelo universal do homem branco, ocidental, rico e heterossexual. Desta forma, a simbiose capitalismo-patriarcado-racismo constrói uma “natureza social”<sup>4</sup>, ou seja, a partir dos valores sexistas, androcêntricos, capitalistas, patriarcais e racistas se justifica e naturaliza as diversas formas de opressão e exploração.

Assim, quando falamos de patriarcado não nos referimos àquele conceito a-histórico, mas um patriarcado re-significado ao longo da história. Como bem coloca Saffioti (1992), é preciso falar de um conceito que foi politizado, que não se restringe ao pessoal, nem tampouco se identifica com o natural. Desta forma, é importante compreender o patriarcado como uma forma de poder político que, ao longo da história, teve diferentes significados. Ou seja, o patriarcado transforma-se, reatualiza-se e articula-se a partir do movimento histórico da sociedade. Para Pateman, é urgente e necessário fazer “uma história feminista do conceito de patriarcado” (1993, p.40), uma vez que, “abandonar o conceito significaria a

perda de uma história política que ainda está para ser mapeada” (p.40).

Para Pateman, existem três formas de patriarcado: o patriarcado tradicional (aquele modelo de autoridade paterna como modelo de autoridade política, o qual compara as relações de poder ao regime paterno); o patriarcado clássico (aquele poder no qual os filhos nasciam submetidos aos pais e, conseqüentemente, eram nas relações políticas. Enquanto no patriarcado tradicional o direito político era uma convenção social a partir de uma analogia, no patriarcado clássico era natural, ou seja, o poder político era paternal, se originava no poder de reprodução do pai; e o patriarcado moderno que, na sua concepção “é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista” (1993, p.45). Apresentar esta classificação não tem o interesse de criar um modelo de análise, mas sim demonstrar o quanto o patriarcado não é a-histórico e nem tampouco universal. E evidenciar como o capitalismo é puro patriarcado, que há uma parceria entre o sistema econômico – o capitalismo e o sistema sexual – o patriarcado.

O que pretendemos demonstrar é como a dominação masculina é de certa forma universal, como ela atinge de modo geral as mulheres. Contudo, não há contribuição nenhuma se ficarmos apenas nas questões universais, correndo o risco de cair no erro teórico-metodológico de não historicizá-lo e, com isso, perdermos de vista suas particularidades, não analisando as diversas formas como ele se efetiva nas diferentes sociedades. Entender o patriarcado como um universal/fixo é reafirmar a velha tese do reducionismo biológico, como se o patriarcado fosse resultado exclusivo da biologia e não uma construção social e histórica que tem diferentes formas e expressões. Para Kritsch,

[...] o patriarcado, uma instituição social que se caracteriza principalmente por valorar e significar positivamente a sexualidade masculina, fazendo dela a fonte e justificação do poder dos homens sobre as mulheres – um poder que é exercido nas várias instituições sociais, políticas, econômicas, mas, sobretudo, na família. (2012, p.17/18)

Compreender o patriarcado, em primeiro lugar, requer analisar como a mulher é acionada para o trabalho doméstico enquanto esposa e/ou filha, ou seja, nas

<sup>4</sup> Reconstruindo o pensamento de Millet (1969), afirmo que são as interpretações culturais e não as diferenças biológicas que dão corpo e vida às ideias e práticas, valorizando e significando as diferenças entre homens e mulheres e, claro, atribuindo poder ao sujeito universal, instrumento da hegemonia burguesa.

palavras das feministas radicais, como se constitui o sistema sexual de poder. Cria-se um modo de produção doméstica, que é a base da estruturação da produção industrial do sistema capitalista. A família, a partir da máquina do patriarcado produz e reproduz as condições concretas para a perpetuação do modo de produção capitalista. A exploração do trabalho doméstico das mulheres garante as condições necessárias à libertação do homem para o mercado, para o espaço público. Ou seja, a opressão de um sexo sobre o outro, no contexto das relações de gênero patriarcais, produz as condições favoráveis para a perpetuação do poder da classe dominante sobre a classe trabalhadora. O capitalismo tem no patriarcado uma base importante para sua manutenção. Assim, a vida social na atualidade é baseada em uma assimetria de gênero, na qual em todas as sociedades as mulheres são excluídas de algumas atividades econômicas e políticas e as atividades que elas realizam como mães e esposas estão sempre numa escala de menor prestígio e poder.

Para Linda MacDowell (2000) a manutenção desta dominação patriarcal dos homens sobre a mulheres se dá a partir de cinco estruturas, são elas: 1) a produção doméstica em que as mulheres realizam o trabalho doméstico no interior de suas casas sem nenhuma remuneração; 2) as relações patriarcais no trabalho remunerado em que as mulheres realizam as mesmas funções, mas recebem salários menores; 3) as relações patriarcais no plano do Estado em que os homens dominam as instituições e o mundo da política elaborando leis que beneficiam os homens; 4) a violência machista em que os homens controlam o corpo da mulher e 5) as relações patriarcais existentes nas instituições culturais em que os homens dominam a produção cultural da representação das mulheres.

Vale ressaltar que essas estruturas analíticas não acontecem de forma separada, elas se relacionam entre si, bem como se entrecruzam com as questões de classe, raça/etnia, geração. A ordem patriarcal de gênero que temos como referência teórico-metodológica não se pauta apenas nas hierarquias de sexo. No dizer de MacDowell (2000, p.13): “O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado

com – classes sociais e racismo {Saffioti, 1996}, trazendo também, em seu bojo, uma contradição de interesses”.

A ordem patriarcal se “baseia no apelo à natureza e no argumento de que a função natural da mulher de procriar prescreve seu lugar doméstico e subordinado na ordem das coisas” (PATEMAN, 2013, p.62). As mulheres são apropriadas enquanto esposas e donas de casa de forma individual através do contrato sexual, do casamento; mas, são também apropriadas coletivamente pelas relações de sexo, raça e a ideia de natureza. A construção de uma ideologia naturalista, de um discurso sobre a natureza feminina que legitima a subalternidade das mulheres coisificando-as e naturalizando-as, e conseqüentemente, levando-as a um destino supostamente biológico. Esta ideologia naturalista justifica o lugar das mulheres no mundo a partir da presença de um útero ou de um ovário, assim como justificou a inferioridade dos escravos a partir da cor da sua pele e de características raciais inscritas no corpo.

É neste sentido que o patriarcado se expressa através da apropriação da mulher pelo homem: pela **apropriação do seu tempo** (as obrigações do trabalho doméstico - não remunerado), da **apropriação do seu corpo** (a criminalização do aborto) e/ou da **obrigação sexual**<sup>5</sup> (o adultério só é considerado para mulheres), da **obrigação social** de cuidar das crianças, idosos, enfermos, deficientes e esposos. (GUILLAUMIM, 2005, p.23).

Os fios invisíveis que conduzem as relações patriarcais de gênero são em essência relações de poder expostas

---

<sup>5</sup> No Brasil, o marco que rompe formalmente com a obrigação sexual das mulheres e as considera como cidadãs portadoras do direito de decidir se querem ou não ter relações sexuais com seu marido, companheiro, noivo e namorado é a Lei 11.340 - a Lei Maria da Penha. Coloca em seu artigo 7 a tipificação das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

ou dissimuladas. Hegemonicamente, os espaços de saber e poder foram espaços privilegiados do sexo masculino, o qual construiu e foi construído por um modelo hegemônico, supostamente universal, do homem como ser humano. “O homem é um ser particular que vive a si mesmo como um ser universal, que tem o monopólio, de fato e de direito, do humano, isto é, do universal, que está socialmente autorizado a se sentir portador da forma total do ser humano” (BOURDIEU, 1995, p.137).

Esta lógica ainda hoje prevalece no nosso cotidiano. No dicionário de língua portuguesa, a palavra homem tem o significado de ser humano, a humanidade, o universal, enquanto que a palavra mulher é o ser humano do sexo feminino. E por que o homem não é o ser humano do sexo masculino? Quem lhe outorgou o poder de ser a própria humanidade, de representar os seres humanos? E de que homem se está falando? É qualquer homem? Para elucidar estas questões, Sarda (1986) nos indica várias chaves de compreensão. A primeira é o conceito de arquétipo viril que é, para ela,

[...] un modelo humano imaginario, fraguado en algún momento de nuestro pasado y perpetuado en sus rasgos básicos hasta nuestros días, atribuido a un ser humano de sexo masculino, adulto y cuya voluntad de expansión territorial y, por tanto, de dominio sobre otras e otros mujeres y hombres le conduce a privilegiar un si tema de valores que se caracteriza, como ya resaltó Simone de Beauvoir, por valorar positivamente la capacidad de matar (legitimada, por supuesto, en ideales considerados superiores, transcendentales) frente a la capacidad de vivir y regenerar la vida armónicamente, Tanatos frente a Eros. (Idem, p. 6)

Este arquétipo viril é assumido de forma inconsciente por toda a sociedade, criando um conjunto de crenças que formam um saber viril que assegura aos homens um *status* de saber e poder, perpetuando o androcentrismo na história, na política e nas relações sociais. Quando falamos desse poder viril não nos referimos a um sexismo<sup>6</sup> que garantisse a partir do sexo (o masculino) a dominação, o poder. Não basta ser homem para ter esse poder em suas mãos. Precisa

<sup>6</sup> Para Amparo Moreno Sarda (1986) o sexismo é o mecanismo pelo qual se concede privilégio a um sexo em detrimento de outro. E o androcentrismo concede privilégio a partir de um ponto de vista do homem. Ou seja, o androcentrismo carrega não só o sexo como fator determinante para assegurar privilégios, mas um conjunto de características dominantes. Neste sentido, também concordamos e assumimos a postura teórica acerca do androcentrismo, por abranger a realidade a qual estamos pesquisando.

ter um conjunto de divisões sociais que compõem este modelo do arquétipo viril: o sexo, a idade, a classe social, a raça/etnia, a orientação sexual. Assim, estas matrizes configuram este modelo hegemônico de funcionamento da sociedade: o homem branco, adulto, rico, dominador e heterossexual. Como lembra Sarda (1986), é a relação direta entre a realidade social e a produção das explicações sobre a realidade, ou seja, as condições materiais de existência e a produção da ideologia. Assim, o androcentrismo é produto da realidade ao passo que também é produtor desta realidade.

O androcentrismo é uma das expressões do patriarcado, que traduz a realidade para além do que ela parece ser, mostrando as contradições de uma sociedade de classe. Ou seja, as mulheres sempre estiveram excluídas da história, à margem da política, do poder, do saber. Se a análise for realizada apenas pelo marcador sexo ocorre um reducionismo e não é possível entender a totalidade e compreender porque tantos outros homens ficaram também à margem da história. Neste sentido, a categoria androcentrismo possibilita uma leitura mais radical porque alcança suas raízes que, para além de ter como base o sexo, apreende outros vetores sociais como a raça/etnia, idade, classe social, orientação sexual. Como diz Amparo Moreno Sarda,

[...] este punto de vista, que resulta así valorado positivamente, sería propio no ya del hombre em general, de todos y cualquier ser humano de sexo masculino, sino de aquellos hombre que se sitúan em el centro hegemónico de la vida social, se autodefinen a si mismos como superiores y, para perpetuar su hegemonía, se imponen sobre otras y otros mujeres y hombres mediante la coerción y la persuasión/disuasión. (1986, p. 18)

O patriarcado dissemina esta visão androcêntrica que produz e é produzida a partir de uma perspectiva desse modelo viril, valorizando tudo que está relacionado a este homem e o transforma em protagonista principal e exclusivo da história, da política e das relações sociais. Ele aciona um conjunto de valores que formam este homem viril e o transformam em perfeito, ideal. São eles: a natureza, o hábito (construções sociais e educacionais) e a razão. Separa o espaço público – supervalorizando-o – do espaço privado, qualificando-o como espaço da reprodução, o que reduz a participação das mulheres na sociedade ao âmbito

puramente biológico, da natureza, deixando-as à margem da história, da cultura, da política. Pois, de acordo com Sarda, [...] no se analizan las razones históricas por las que los varones se apropian de las mujeres e sus criaturas, ni las diferentes formas de apropiación, menos aún la elación entre estas formas de apropiación viril y los restantes fenómenos sociales. (Idem, p.25)

Desta forma, é *mister* perceber a articulação das divisões sociais com a totalidade, percebendo que nesta expressão androcêntrica de relações sociais patriarcais não são apenas as mulheres que ficam de fora e tampouco são todas as mulheres. Como reforça Sarda,

[...] el hombre que aparece como sujeto agente de la historia, no es cualquier ser humano, mujer y hombre de cualquier condición, ni siquiera cualquier hombre, cualquier ser humano de sexo masculino. Se trata de un hombre adulto de raza blanca, miembro de la cristianidad europea occidental, que se dota de instrumentos de poder y de saber para practicar una constante expansión territorial a costa de otros seres humanos, mujeres y hombres, hacia una <<civilización universal>>: la organización jerarquizada de las relaciones sociales atendiendo a un sistema imaginado de clasificación social complejo, vinculado a la apropiación, constituye la trama fundamental del orden hegemónico que se impone gracias a la coacción (guerra exterior e interior) y a la persuasión/disuasión, al consenso, a la convicción. (Idem, p. 63)

Outros grupos sociais também ficam excluídos deste modelo, seja pela sua classe social, sua raça/etnia, sua idade, sua orientação sexual entre outros. Assim, este homem que possui um conjunto de características de domínio sobre a natureza, sobre outros seres humanos, que vai desde a família até o Estado, sobre outras raças adquire um “carácter natural-superior-humano” (p.35) e é o modelo de masculinidade e também de imagem positiva de homem, de humanidade que adquire caráter universal, inquestionável, a ser seguido por toda a sociedade, deixando de fora todos os que não se enquadram. É o que Saffioti (1987) chama de “Poder do Macho” e, ao fazê-lo, não cai numa visão sexista, ao contrário, ela aponta a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo como a base de constituição deste “macho empoderado” historicamente como o representante universal da humanidade.

A constituição política e social da sociedade patriarcal-capitalista se fundamenta numa base que define o arquétipo viril como modelo dominante dos papéis sociais em que os homens são cidadãos plenos de

direitos e as mulheres são cidadãs de segunda categoria, com direitos restritos. Estas são as bases que acionam a máquina do patriarcado e que naturalizam as desigualdades sociais e políticas a partir do sexo, do biológico, do físico. Assim, faz-se necessário aprofundar o conceito de patriarcado, historicizá-lo, analisá-lo no movimento das contradições para compreender como essa dominação masculina se expressa nos diversos espaços e instituições. E entender que, ao passo que ele é construído historicamente, ele também é desconstruído através de ações coletivas e individuais de mulheres que rompem com estas normas patriarcais na sociedade e ocupam diversos espaços de poder.

A contradição e o conflito de interesses não partem apenas das oposições entre os sexos e os gêneros, mas no interior de cada sexo também se manifestam as oposições de classe e/ou as oposições de raça/etnia, o que está expresso nos debates atuais do patriarcado. Assim, não só o sexo separa a humanidade, mas também a classe e a raça/etnia. Não é só a constituição de um arquétipo viril que molda a sociedade, mas também a constituição de um arquétipo capitalista e racista que constitui e é constituído pela nossa sociedade. Apesar das experiências que as mulheres vivenciam e as aproximam no significado do “ser feminina”, “elas [...] continuam separadas uma das outras por diferenças econômicas e culturais, que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina” (BOURDIEU, 2012, p.112).

O desafio é desvendar como a realidade se mostra em dados desiguais para homens e mulheres. Só assim é possível ultrapassar a aparência (que se fantasia de “modernidade”, mas carregada de traços extremamente conservadores) e chegar à essência que possibilitará desnudar um patriarcado que devora as mulheres e homens de carne e osso em nome de um projeto de dominação masculina e capitalista. Por isso, é fundamental elucidar o patriarcado a partir da história política feminista, na direção de uma construção, desconstrução e reconstrução, ou seja, decifrá-lo para não sermos devorados e engolidos pela lógica androcêntrica presente nas análises sobre a realidade

contemporânea, o que já vem sendo expresso pelo movimento feminista que caminha em direção oposta ao patriarcado, empoderando inúmeras mulheres a partir de disputas de conhecimento e poder na sociedade. Ou seja, o patriarcado é hegemônico ainda hoje em nossa sociedade, mas não é a única direção, os feminismos realizam todo um processo de desconstrução desta ordem de poder masculino, fazendo com que as mulheres cheguem aos espaços tanto micro quanto macro de poder. Como anuncia Foucault em toda sua obra, onde há poder, há resistência.

### **5. As desigualdades de Gênero e o Projeto Ético-Político: encontros e desencontros**

O Serviço Social, enquanto uma profissão interventiva, trabalha com questões imediatas e questões mediatas. Sendo assim, ao passo que ele recebe as demandas imediatas que necessitam de respostas urgentes, faz-se necessário o profissional pensar a sua prática para além do imediato, ou seja, transformar as demandas encontradas no cotidiano em projetos de intervenção que ultrapassem aquela realidade posta. Como bem coloca Yasbeck, “No decurso de sua trajetória, o Serviço Social [...] vai construindo referências que expressam sua identidade profissional, derivadas do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional” (1999, p.94).

A (o) Assistente Social vai intervir no cotidiano das populações subalternas. Uma prática profissional heterogênea, imediata e superficial. É heterogênea porque é uma prática que vai responder aos fatos, aos acontecimentos e às mais diferenciadas demandas da classe subalternizada. É imediata por que age em cima de questões urgentes, ou seja, tem que dar respostas aos problemas que acontecem no cotidiano da população. É superficial porque, diante de tantas demandas (heterogêneas e imediatas), acaba por não ir à raiz dos problemas, mas sim, busca soluções urgentes e, muitas vezes, paliativas para resolver os problemas sociais.

Contudo, é sabido que uma prática profissional não pode ficar restrita às questões imediatas. É necessário

transformar essas demandas sociais em demandas profissionais, ou seja, suspender o cotidiano através do processo de reflexão e conhecimento aprofundado das questões para que então possamos desenvolver uma prática profissional comprometida com os (as) usuários (as). Sendo assim, é imprescindível o

[...] resgate dessa conjunção – rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária – que possibilita atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva da profissão, não se esgotando na imediaticidade cotidiana, mas situada no contexto dos processos sociais mais amplos. (SIMIONATO, 2004, p. 35)

É nesta perspectiva que se estrutura o projeto ético-político, que tem como horizonte uma prática profissional articulada a um projeto societário não capitalista. A semente da construção coletiva deste Projeto está no processo de renovação profissional do Serviço Social, o qual assume a crítica ao caráter conservador da prática profissional no Brasil.

É na década de 1960 que a denúncia do conservadorismo no Serviço Social começa a emergir. Contudo, é na passagem dos anos 1970 e 1980 que essa problematização assume patamares diferenciados, na medida em que coincide com a crise da ditadura militar brasileira – exercida desde abril de 1964.

A primeira metade dos anos de 1970 assistiu a irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares largamente reprimidas, as lutas pela democratização do país adquirem visibilidade política, gestando o solo histórico, o terreno vivo que tornou possível uma abrangente, profunda e plural renovação do Serviço Social.

O grande marco histórico do novo período que se abre para o Serviço Social foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada”, pelo seu caráter contestador e representativo da vontade política de transformação da profissão e de interferência nos destinos da sociedade brasileira.

Esse Congresso, a princípio, em sua organização, nada sugeria de inovador e crítico quanto aos desafios da conjuntura do país, muito embora o seu tema geral fosse: “Serviço Social e Política Social”, não propunha nenhuma crítica à realidade social, política, econômica

ou cultural do país. Ao contrário, reforçava o poder ditatorial dos militares. O exemplo concreto foi a presença na comissão de honra do CBAS do Presidente da República à época, o General João Batista Figueiredo, de vários ministros e o Governador de São Paulo, Paulo Maluf, todos eles personagens da autocracia burguesa instaurada no Brasil. Porém, a histórica reação do plenário expressou um novo momento e uma nova proposta que as entidades da categoria preconizaram [...] [foram exigidas] várias e significativas mudanças na condução e dinâmica dos trabalhos do CBAS, a partir da discussão do equívoco e autoritarismo da comissão organizadora com ampla e vibrante adesão dos Assistentes Sociais participantes [...]. Este evento foi de grande importância pelo ato simbólico que destituiu a Comissão de Honra do Congresso, que na verdade, segundo as participantes, só desonrava, pelo fato de contar com a presença de autoridades do regime militar.

Se no terreno da luta política, a “virada” de 1979 foi decisiva, o acúmulo das reflexões e processos investigativos sobre a formação profissional, impulsionadas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS) culminaram na aprovação do currículo de 1982. Esta aprovação firmou teoricamente as exigências do novo perfil profissional da(o) Assistente Social. Houve, desde então, um intenso crescimento acadêmico no Serviço Social, com grande investimento na qualificação dos cursos de graduação, na ampliação da pós-graduação, da pesquisa e da produção científica e editorial.

Desta forma, foram estes os principais componentes que, a partir da quebra do quase monopólio do conservadorismo na profissão, conjugaram para propiciar a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil.

O Código de 1993 coroa o processo de construção do Projeto Ético-Político, uma vez que ele é resultado de um amplo processo de discussão, timidamente iniciado na década de 1960. Para sintetizar o Projeto Ético-Político, podemos afirmar, nas palavras de Yamamoto,

que “trata-se [...] de um projeto profissional indissociável da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, contestando discriminações de todas as ordens” (1999, p.12).

Este Código tem como Princípios Fundamentais:

**Reconhecimento da liberdade** como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; **Defesa intransigente dos direitos humanos** e recusa do arbítrio e do autoritarismo; **Ampliação e consolidação da cidadania**, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; **Defesa do aprofundamento da democracia**, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; **Posicionamento em favor da equidade e justiça social**, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; **Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito** incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; **Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária**, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; **Exercício profissional sem ser discriminado**, nem discriminar por questões de inserção de **classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física**. (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, 1993)

Ao apontar a não discriminação por gênero, opção sexual, o Código de Ética coloca os pilares para uma ação profissional que não caia no reducionismo econômico e compreenda que as relações de gênero são também fundantes do ser social. Portanto, pensar a efetivação desses princípios só é possível com a igualdade de gênero. E a luta por essa igualdade requer o entendimento de que a desigualdade entre homens e mulheres é fruto de uma construção social baseada na sociedade patriarcal. Foi uma naturalização história e social que transformou as diferenças biológicas/ físicas em diferenças sociais (restrição de direitos para as mulheres e ampliação de direitos para os homens).

Ao passo que se entende que essa lógica da desigualdade de gênero é histórica e social é preciso desnaturalizá-la. Ou seja, é necessário desconstruir valores e concepções que historicamente mulheres e homens aprendem e apreendem no processo de sociabilidade nas diversas instituições sociais como família, escola, igreja, mídia, partidos políticos etc. É necessário denunciar e deslegitimar o consentimento social das desigualdades entre mulheres e homens. Vale ressaltar que esse “consentimento” é efetivado

pelos indivíduos, mas é elaborado e reelaborado cotidianamente pela sociedade ao determinar os papéis sociais de homens e mulheres e fortalecer a lógica da supremacia masculina e da submissão feminina.

Sendo assim, ao passo que o projeto ético político sinaliza a igualdade entre as classes sociais se faz necessário e urgente também a defesa intransigente da igualdade de gênero, para não cairmos num reducionismo econômico e acharmos que a mudança no modo de produção automaticamente irá propiciar a mudança no modo de reprodução social. A luta pela emancipação humana deve ser permeada pela luta pela emancipação das mulheres, dos negros (as), dos índios (as). Enfim, a construção de uma nova sociedade deve começar também com a construção de sujeitos transformando os valores, os conceitos e os pré-conceitos ditos hegemônicos que se baseiam no sujeito universal: o homem, branco, rico e heterossexual.

Contudo, é importante ressaltar o quanto ainda carregamos a “herança” de um fazer profissional moralizador, positivista e fenomenológico, traço fundador de nossa profissão. É por isso que cabe a/o Assistente Social a tarefa política e teórica de entender as particularidades de gênero para fundamentar a sua intervenção na realidade pautada no Código de Ética, do Projeto Ético Político e da Lei de Regulamentação da Profissão.

### Considerações Finais

Ser feminista é estar do lado da justiça, da liberdade, da dignidade humana, do respeito à integridade de cada pessoa. É rejeitar escravidão sexista, é negar discriminação e promover o bem-estar das pessoas, independentemente de gênero e de condição social. (ELUF, 2000)

O Serviço Social apresenta três marcas fundamentais que acompanham desde a sua trajetória até os dias atuais: sua relação com as doutrinas religiosas (aqui no Brasil com a religião católica), a sua relação com a classe burguesa e a sua constituição enquanto uma profissão de mulher e para mulheres<sup>7</sup>. Neste sentido, é

<sup>7</sup> Aspecto pouco analisado ao longo da história da nossa profissão. Se, no final da década de 1980, Elisabeth Souza-Lobo precisou afirmar que a classe operária tem dois sexos para que fosse possível compreender que as relações de sexo também são fundantes das relações sociais, ainda hoje, em 2016, quase 80 anos de serviço

fundamental essa compreensão para que possamos construir uma profissão orquestrada com o nosso Projeto Ético-Político, rompendo com as barreiras do patriarcado, do capitalismo, do racismo e da heteronormatividade.

Ainda são poucos os estudos de gênero em nossa profissão, o que acaba reproduzindo um saber androcêntrico e pouco contribuindo para a problematização da imagem do serviço social como uma profissão de mulheres e para mulheres. Desvelar o significado destes marcadores é fundamental para entender as relações sociais entre os sexos e a divisão sexual do trabalho nas quais estamos imersos cotidianamente. Assim, é inegável a contribuição da problematização da categoria gênero para as/os assistentes sociais em seu fazer cotidiano. Para Cisne, “as relações de gênero compõem uma das mediações constitutivas do ser social e da realidade. Sem o seu entendimento não se compreende as relações sociais em uma perspectiva de totalidade”, ou seja, sem compreender as relações e hierarquias de gênero, “as respostas para as demandas sociais à profissão ficariam prejudicadas, já que desvelar a realidade é um desafio primário para a profissão intervir qualitativamente” (2015, 144)

Pensar uma prática profissional na perspectiva da igualdade de gênero é dar materialidade ao Projeto Ético Político do Serviço Social e, esse é um desafio que se coloca em nossa travessia profissional, recheada de equívocos e possibilidades. O primeiro equívoco é a incorporação imediata da concepção de espaço contraditório: a ideia de que pelo simples fato de estar atuando num determinado espaço ele é contraditório em si. O espaço pode ser contraditório ou não a depender da direção de nossas ações. Ele pode reforçar a lógica dominante ou pode se contrapor com ações que visem a perspectiva da classe trabalhadora, que caminhe na perspectiva de ampliação de direitos dentro desta sociabilidade capitalista e que tenha como horizonte a emancipação humana, o que pressupõe a emancipação feminina. Ou seja, não é o fato de sermos

social no Brasil, precisamos afirmar que o Assistente Social tem gênero, é mulher e, feito isso, precisamos também analisar o significado deste marcador social em nossa profissão.

mulheres que automaticamente nos coloca ao lado da luta das mulheres, mas a nossa percepção enquanto “sujeito” político do feminismo que, para além da condição de classe, possa ver o/a usuário/a em sua totalidade, compreendendo que ele tem sexo e que este sexo também impõe relações de poder, dominação e exploração.

Outro equívoco é a velha concepção positivista de método, em que se proclama que “Na prática a teoria é outra” e, desta forma, não se estabelece as mediações entre o que é ensinado nas teorias e o que é vivenciado no cotidiano profissional. Então, assume-se uma perspectiva ainda remanescente do tomismo e neotomismo do ver – julgar e agir, seguindo a máxima de que se der certo vai repetindo, sem uma suspensão do cotidiano, sem uma reflexão crítica da realidade. E acaba-se caindo num metodologismo, numa busca compulsiva do como fazer, de achar “receitas”, respostas prontas e acabadas para encaixar as demandas da realidade.

Este equívoco acontece porque a/o Assistente Social não se vê como uma/um intelectual e assume uma postura que separa a dimensão técnica da intelectual. Toda ação profissional requer uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que se possa apreender criticamente o processo histórico como totalidade.

A/o assistente social ao trabalhar com as políticas sociais no cotidiano profissional assume um caráter de resiliência, de aderir a tudo que é necessário – o “profissional borracha”, que dá conta de todas as demandas sem uma reflexão crítica: o fazer por fazer, o pragmatismo! E cai na limitação de ter o direito como horizonte. Contudo, os direitos sociais, políticos, econômicos, culturais devem ser meios estratégicos para a sobrevivência das classes subalternas na sociedade atual e também o caminho para o fortalecimento da luta pela emancipação humana, que deve ser o horizonte. Essa luta pra assegurar e ampliar direitos se dá nos marcos da sociedade burguesa, mas não se pode perder de vista que o objetivo central é a luta para exterminar esse modelo societário.

Neste sentido, é necessário uma/um assistente social que, ao incorporar o Projeto Ético Político possa:

- Contribuir para as mudanças de concepção - na profissão e na sociedade - com relação ao que é necessário para o enfrentamento da questão social e fundamentalmente das desigualdades de gênero;
- Compreender que as desigualdades entre as classes, os gêneros e as raças/etnias devem ser enfrentadas com teoria e para isso é importante leituras, capacitações e debates acerca do patriarcado, das relações de gênero;
- Enfrentar as opressões e dominações de gênero com as legislações que asseguram os direitos das mulheres, com propostas concretas de políticas públicas para as mulheres, contribuindo para a mudança de suas condições de vida e de trabalho e, não somente com acolhimento e humanização do atendimento, tão presentes no discurso conservador e neoconservador;
- Enfrentar o patriarcado é atuar sobre estruturas perversas e contraditórias que modelam a sociedade burguesa e não sobre indivíduos isolados, comportamentos, consequências, ideias e representações sociais para não cair numa perspectiva reatualizada da culpabilização dos indivíduos;
- Contribuir para a transformação dos espaços institucionais e dos espaços de trabalho em espaços públicos onde as usuárias possam participar do controle social (gestão, serviços, etc.) e da ampliação dos seus direitos.
- Incentivar a criação e fortalecimento dos conselhos de defesas dos direitos das mulheres e de espaços de atendimento às mulheres em condições de vulnerabilidade;
- Criar e dinamizar espaços coletivos de discussão acerca dos direitos das mulheres, democratizar as informações e conhecimentos necessários a uma análise crítica de como o patriarcado está presente na vida das mulheres e homens. Espaços que, a partir de uma prática reflexiva e crítica, contribuam para a transformação de informações em conhecimento e, conseqüentemente, em fundamentação para a luta em defesa da igualdade de gênero;
- Romper com uma visão endógena do serviço social e compreender os determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais que foram protagonistas da

constituição de uma profissão historicamente feminina. É fundamental a assistente social se perceber como mulher e trabalhadora e, conseqüentemente, compreender a lógica capitalista e patriarcal que incide sobre as usuárias e sobre ela mesma;

- Implementar políticas sociais que possam ir além das rotinas institucionais e busquem apreender o movimento da realidade para detectar possibilidades de um trabalho que tenha como horizonte a emancipação humana e realizar os recortes de gênero e de raça/etnia;
- Evitar posturas fatalistas que aprisionam as mulheres nas grades da institucionalidade ou do tradicionalismo, bem como não cair numa visão messiânica do fazer profissional. Ter como horizonte o projeto feminista de igualdade entre os sexos é um dever ético e não uma opção que se situa no terreno da moral. Não reduzir o Código de Ética a uma norma ou uma disciplina;

O que apresentamos acima não são modelos e sim propostas para uma ação profissional que tenha como objetivo o enfrentamento não só das desigualdades de classe, mas também das desigualdades de gênero. Para tanto, é imprescindível que a/o Assistente Social seja versado no instrumental teórico, metodológico, ético, político, técnico e operativo, capaz de fundamentar as ações profissionais nos espaços de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa, ação direta, estimulando a participação das/os usuárias/os na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade e que perpassem pela emancipação das mulheres, visando à emancipação humana. Para isso, é imprescindível romper o “complexo de Alice no país das maravilhas”, a qual passa o tempo todo se perguntando pra onde deve ir e que caminho deve seguir. A direção é o Projeto Ético Político, contudo, as ações irão ser definidas a partir do movimento do próprio real.

Neste sentido, é urgente conhecer, estudar e analisar as demais dimensões da questão social, entre elas o gênero, raça/etnia e sexualidade. Primeiro porque estas dimensões interferem diretamente na qualidade do trabalho profissional e, segundo, porque é o caminho para buscar respostas para as diversas problemáticas

que inquietam e desafiam as/os profissionais. Como diz Beauvoir, “toda opressão gera um estado de guerra”, é nesta direção que precisamos entender nosso fazer profissional, como um constante estado de guerra pela emancipação humana e, esta guerra se faz contra o patriarcado, o capitalismo, o machismo, o sexismo, o racismo e a heteronormatividade compulsória.

### Referências:

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CFESS. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL. 1993.
- CISNE, Mirla. *Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- ELUF, Luiza Nagib. +3 questões sobre feminismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, 15 de out. 2000.
- GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de Natureza. In: FALQUET, Jules; CURIEL, Ochy (compiladoras). *El Patriarcado al Desnudo*. Três feministas materialistas: Colette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.
- KRITSCH, Raquel. O Gênero do Público. In: BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria Política e Feminismos: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2012.
- LISBOA, Teresa Kleba, Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálysis*. V. 13, n.1, Florianópolis, 2010.

- MACDOWELL, Linda. *Genero, Identidad y Lugar*. Madrid, Catedra, 2000.
- MACKINNON, Catharine. Desejo e Poder. In: MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. *Teoria Política Feminista: textos centrais*. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2013.
- MARTINELLI, Maria Lucia *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MESQUITA, Andréa Pacheco de. Uma introdução à categoria gênero: construção, desconstrução, reconstrução e (des) reconstrução. In: RIBEIRO, Mara & RIBEIRO, Getúlio (orgs). *Educação em Direitos Humanos e Diversidade: diálogos interdisciplinares*. Maceió, EDUFAL, 2012.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1993.
- \_\_\_\_\_. Críticas feministas à dicotomia publico/privado. In: MIGUEL, Luis F. & BIROLI, Flávia (orgs). *Teoria Política Feminista – textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.
- RODRIGUEZ, Maria Elena Simon. *Hijas de la igualdad, herederas de injusticias*. Madri: Narcea, 2008.
- SAFFIOTI, Helieth I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987 (Coleção Polêmica).
- \_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). *Uma Questão de Gênero*. RJ: Rosa dos Tempos; SP: Fund. Carlos Chagas, 1992.
- \_\_\_\_\_. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? *Crítica Marxista*. São Paulo: n. 11, Out. de 2000.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)
- SARDA, Amparo Moreno. Em torno al androcentrismo en la história. *Cuadernos inacabados. El arquetipo viril protagonista de la história. Ejercicios de lecturas no andrócentricas*. Barcelona: La Sal. 1986. p.17-52.
- SIMIONATO, Ivete. Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Graflin. Jul – Dez, 2004.
- TORRES, Iraildes Caldas. *As Primeiras-damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002
- VELOSO, Renato. No Caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. In: *Revista Praia Vermelha. Estudo de Política e Teoria Social*. V. 2, N 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1999.